A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi uma das mais importantes — do lado positivo — inovações incluídas pela Assembléia Nacional Constituinte na Constituição de 1988. Por ela, o Congresso Nacional, partindo de uma proposta do governo federal, cria normas para disciplinar a montagem do Orçamento da União. Como seu próprio nome indica, a LDO estabelece as diretrizes que nortearão a aplicação do dinheiro arrecadado dos contribuintes sob a forma de impostos. É a grande oportunidade que o Executivo e o Legislativo têm para montar um Orçamento equilibrado, racional, sem interferência dos interesses político-eleitorais que provocam os rombos constantes no caixa do Tesouro e mantêm a inflação brasileira permanentemente alta.

Infelizmente, nem o Congresso Nacional nem o governo perceberam ainda a importância de se evitar a qualquer custo esses desequilíbrios orçamentários no setor público. E estão transformando a LDO num instrumento de manipulação política. Foi assim no ano passado para o Orçamento deste ano e está sendo assim novamente este ano para o Orçamento de 1992. Embora um grupo de parlamentares mais responsáveis tenha conseguido impor algumas normas de austeridade, como a determinação de que o governo só pode gastar com a máquina administrativa 90% do que gastar em 91 (80% do gasto consolidado de 90), a maioria fisiológica que domina o plenário conseguiu introduzir algumas normas na LDO que não permitirão que o governo cumpra sua promessa de reduzir ainda mais os gastos públicos no próximo ano. O mais grave de tudo é que o presidente Collor, ao sancionar a lei segunda-feira, após seu veto em três dispositivos, mas não naqueles que, como disse o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), são a "chave do fisiologismo".

Passou incólume pela caneta presidencial, por

exemplo, o dispositivo que determina que os recursos destinados aos Estados e municípios no Orçamento agora serão transferidos automaticamente, sem depender de liberação pelo Ministério da Economia. Os governadores e prefeitos não precisarão nem mesmo comprovar que estão em dia com o pagamento dos impostos, FGTS, INSS, PIS-Pasep para usufruir dos recursos. Basta uma declaração do prefeito ou governador, acompanhada por um "balancete sintético oficial" para o dinheiro chegar aos cofres dos Estados e municípios.

A justificativa para esses dispositivos foi reduzir a burocracia. Mas, na verdade, abriu-se um imenso buraco para o ataque ao Orçamento da União. Não há na LDO critérios técnicos gerais para a distribuição desses recursos. Antes também não havia, mas o governo podia bloquear parte das inúmeras obras eleitorais que eram incluídas no orçamento pelos parlamentares e mesmo pelos burocratas, simplesmente não liberando as verbas se não houvesse disponibilidade de caixa. Agora não: projeto incluído no Orçamento é projeto que o governo tem obrigação de executar. Assim, por exemplo, o Tesouro Nacional terá que assumir em 1992 todos os gastos realizados com a implantação do Estado de Tocantins, inclusive com a construção da capital, como os parlamentares determinaram na LDO. A ponte do deputado fulano de tal em sua cidade, a estrada do senador sicrano, que liga dois redutos eleitorais seus (de preferência passando pelas propriedades dele e dos amigos), agora sairão do papel. Não é de estranhar que se contem aos milhares as emendas que foram apresentadas à LDO.

Essas são as contradições do presidente Collor que estão deixando a sociedade brasileira perplexa: um governo cujos técnicos já estão admitindo um déficit de 2% do PIB para este ano não poderia ter deixado de vetar dispositivos como esses.